



Publicações Acadêmicas UFVJM



Ministério da Educação – Brasil  
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM  
Minas Gerais – Brasil  
Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas  
ISSN: 2238-6424  
QUALIS/CAPES – LATINDEX  
Nº. 22 – Ano XI – 10/2022  
<http://www.ufvjm.edu.br/vozes>

## O legado incerto das parteiras das comunidades tradicionais do Território da Bocaina

**Resumo:** O parto nas comunidades tradicionais antigamente era realizado por parteiras locais, as quais tinham saberes ancestrais que eram passados de geração em geração. com o passar dos anos o parto dessas mulheres passaram a ser realizados em hospitais e essa prática acabou por ser desvalorizada, sendo realizadas somente em casos de necessidade e emergência. O objetivo deste é descrever como parteiras das comunidades tradicionais do território da Bocaina, estão passando seus conhecimentos para as futuras gerações. Trata-se de uma pesquisa descritiva, exploratória com abordagem qualitativa. Tendo como cenário os municípios de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba, situados no território da Bocaina, onde existem comunidades tradicionais caiçaras, indígenas e quilombolas, que possuem relações históricas e culturais que as integram. As participantes da pesquisa são mulheres do território da Bocaina que assistem partos, que se reconhecem ou são reconhecidas como parteiras pela sua comunidade. Os resultados apontaram que as parteiras destes territórios pelo contexto social atual possuem a incerteza da passagem do seu legado cultural para as novas gerações. Conclui se que é de suma importância que essas parteiras sejam valorizadas, tendo reconhecimento histórico, legal e cultural, como forma de fortalecimento do ofício, e assim seus conhecimentos não tenham um destino incerto dentro de suas comunidades.

**Palavras-chave:** Parto, interculturalidade, diversidade cultural, parteira tradicional, identidade cultural.

## **Introdução**

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), compreende como “povos e comunidades tradicionais” os grupos que possuem culturas diferentes e que se reconhecem como tal. Esses grupos possuem traços típicos de organização social, ocupam e usam territórios e recursos naturais como ambiente para sua reprodução cultural, social, religiosa ancestral e econômica (BRASIL, 2007).

Quando se fala de comunidades tradicionais, vale destacar sua relação de grande respeito e valorização com o passado e seus símbolos, pois integram e preservam a experiência de gerações. A tradição por sua vez é uma forma de resistência, onde se busca lidar com o tempo e o espaço, incorporando toda atividade ou experiência particular na continuidade do passado, presente e futuro, onde estes são constituídos por práticas sociais recorrentes. (STUART HALL, 2006).

A diversidade cultural também chamada de multiculturalismo tem por objetivo reconhecer e valorizar a diversidade das culturas, a fim de respeitar suas diferenças e manifestações. O Multiculturalismo como vem sendo mais usado atualmente, procura entender e aceitar que existem diversas culturas, tendo empatia e respeitando as diferenças de cada indivíduo ou grupo social, compreende também que não existe somente uma única cultura, que dispõe do conhecimento verídico e universal sobre os saberes, mas que o mundo é formado por um misto de culturas e saberes que devem ser preservados (KRETZMANN, 2007).

Dessa forma vale ressaltar a importância de compreender como se desenvolve a atenção à saúde das mulheres dessas comunidades. Tendo em vista, que quando se reflete a questão do saber tradicional e dos valores das comunidades tradicionais, essas comunidades atualmente vêm perdendo autonomia, como por exemplo o parto em sua comunidade, e o uso das plantas medicinais. (GALLO e NASCIMENTO, 2019).

O parto natural vem retomando seu espaço no âmbito da obstetrícia, tendo como objetivo humanizar o trabalho de parto e valorizar o parto fisiológico. O Brasil vem

contribuir para essa valorização, desenvolvendo programas de saúde pública no âmbito da obstetrícia (PEREIRA, 2016).

O parto nas comunidades tradicionais antigamente era realizado por parteiras locais, as quais tinham saberes ancestrais que eram passados de geração em geração. com o passar dos anos o parto dessas mulheres passaram a ser realizados em hospitais e essa prática acabou por ser desvalorizada, sendo realizadas somente em casos de necessidade e emergência.

Segundo o Ministério da Saúde brasileiro, a parteira tradicional é a responsável pela prestação de assistência no parto domiciliar, tendo como base de conhecimento antigas práticas tradicionais e saberes e por fim sendo reconhecida pela sua comunidade. Quando falamos de parteiras, falamos também de saberes e práticas que são conhecimentos adquiridos e para a valorização desses. (BRASIL,2010). Do início da civilização até o advento da medicina moderna, partejar, cuidados com recém nascidos e cuidados puerperais eram considerados exercícios femininos. Durante o trabalho de parto mulheres eram ajudadas por parteiras, conhecidas por sua experiência ou por outras mulheres, essas podendo ser do seu vínculo afetivo ou social (PAES, LEUCHTENBERGER,2012).

A Rede Cegonha, a fim de incluir o trabalho das parteiras tradicionais como um componente importante no cuidado materno infantil, lançou como estratégia o “Livro da Parteira Tradicional” que objetiva o acolhimento e valorização das parteiras tradicionais pelo Sistema Único de Saúde (SUS) (BRASIL, 2010). Este livro reconhece e valoriza o trabalho das parteiras tradicionais com toda sua sabedoria preparada para entender o caráter familiar e íntimo do nascimento em cada lugar do Brasil e o seu compromisso na defesa da vida e promoção da saúde das mulheres e dos bebês. (BRASIL,2012).

Apesar dessa valorização, percebe-se que o legado cultural e social dessas parteiras tradicionais tem sido extinguido com o tempo, grande parte do conhecimento dessas mulheres tem sido esquecido (MOUTA, 2014). Como muitas dessas mulheres que são em grande maioria idosas, necessitam que seus conhecimentos, considerado como herança, sejam passados para outras gerações. por conta disto é tão importante que elas consigam passar sua herança para outra mulher que consiga prosseguir com

este legado passando para a filha, neta ou qualquer mulher da comunidade que queira aprender sobre o ofício de partejar. (SCHWEICKARDT, ET AL, 2020)

Nesse sentido, a herança para estas parteiras tem sido todo o conhecimento cultural adquirido e passado para seus descendentes, de geração em geração, seja de sua comunidade ou descendentes de sangue, porém as mesmas percebem o pouco interesse de seus descendentes ao adquirir estes conhecimentos. (SCHWEICKARDT, ET AL, 2020, MOUTA, 2014)

A partir do exposto, traçamos como objetivo descrever como parteiras das comunidades tradicionais do território da Bocaina, estão passando seus conhecimentos para as futuras gerações.

## **Metodologia**

Trata-se de uma pesquisa descritiva, exploratória com abordagem qualitativa. Tendo como cenário os municípios de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba, situados no território da Bocaina, onde existem comunidades tradicionais caiçaras, indígenas e quilombolas, que possuem relações históricas e culturais que as integram (GALLO e NASCIMENTO, 2019).

As participantes da pesquisa são mulheres do território da Bocaina que assistem partos, que se reconhecem ou são reconhecidas como parteiras pela sua comunidade. Utilizamos a técnica da Bola de Neve para localizar as participantes, tendo como semente a coordenadora do Fórum de Comunidades Tradicionais de Paraty, a qual indicou o contato dos líderes de algumas comunidades. A partir dessa técnica foram encontradas cinco parteiras, sendo três Caiçaras, uma caipira e uma indígena. Os critérios de inclusão da pesquisa foram: ser maior de 18 anos, se apresentar lúcida, ter atuado ou estar atuando como parteira, não importando o tempo de atuação. Foram considerados critérios de exclusão senhoras que tenham dificuldade de fala ou com problemas cognitivos. Após a aplicação desses critérios foram selecionadas três parteiras, dessa forma para manter a anonimidade das participantes elas serão identificadas como Parteira 1, Parteira 2, e Parteira 3.

Foram utilizados dois instrumentos de coleta de dados. O primeiro é um questionário sociodemográfico e cultural para caracterizar as participantes. O segundo

foi uma entrevista semiestruturada. As entrevistas ocorreram de forma presencial respeitando as normas de segurança sanitária para a prevenção da covid 19. Elas foram gravadas em MP3 (MPEG Layer 4) após a leitura e assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) pela entrevistada.

Após as entrevistas os áudios foram transcritos, organizados, interpretados e analisados. Para análise de dados foi utilizado o método de análise de conteúdo de Laurence Bardin. Os resultados apontaram uma categoria, a saber: A incerteza da passagem do legado das parteiras do território da Bocaina.

O estudo foi autorizado pelo o Instituto Estadual do Ambiente (INEA) responsável pela reserva ecológica do território da Bocaina (SEI-070002/011206/2022), e cumpriu os requisitos da Resolução nº 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde do Brasil (Brasil, 2012), tendo sido aprovado com o Parecer 5.304.446, registrado na Plataforma Brasil (CAAE nº 53121621.3.0000.5282) e no sistema COEP/CONEP com pareceres favoráveis (COEP nº 5.108.628 / CONEP nº 5.304.446).

## **Resultados e Discussão**

A pesquisa resultou na identificação de quatro tipos de Comunidades Tradicionais nessa região, a saber: Caiçaras, Caipiras, Indígenas e Quilombolas. As comunidades Caiçaras, estão localizadas nas costeiras dos municípios, utilizando os recursos do mar, da restinga e do mangue na sua cultura. O ser caiçara possui uma história de resistência e defesa de seu território, resultando na preservação de sua essência, preservando seus direitos e valores (ICMBio, 2018). Os Quilombolas tem uma identidade cultural própria, que se organiza mediante a um processo histórico que se iniciou nos tempos da escravidão no Brasil. A cultura quilombola representa a resistência das diferentes formas de domínio, mantendo forte conexão com a história e trajetória de seu povo, preservando os costumes e culturas que foram trazidos há tempos por seus antepassados (BRASIL, 2015). Cabe salientar, que não foi encontrada nenhuma a parteira nesta comunidade, a última faleceu há pouco tempo.

Há nessa região algumas aldeias indígenas, que como estratégia de preservação da língua, do conhecimento e a cultura ancestral guarani M'bya, os indígenas optam

em não compartilhar determinadas informações com outras pessoas, não-indígenas (juruás), colocando assim uma limitação em relação aos rituais espirituais e culturais. O povo Guarani é como defensores da sabedoria ancestral sobre o manejo da Mata Atlântica, de forma sustentável, resultando na preservação de sua cultura, espiritualidade e no modo de saber e fazer. (ICMBio, 2018).

Foi identificada durante a coleta de dados uma comunidade tradicional, definida a pelos líderes do movimento de comunidades tradicionais como caipiras. Não se encontra na literatura uma conclusão da identidade caipira, porém, Guerra (2022), cita elementos dessa cultura para identificá-la, entre esses elementos está o sotaque, culinária, criação de galinhas, uso de ervas medicinais, estradas de terra, crenças e superstições populares, valores de proteção ambiental, em geral a cultura caipira tem um contato com o interior e o meio natural do centro sul do Brasil.

Assim, neste território pesquisado foram entrevistadas três parteiras as quais possuem histórias diferentes em relação ao aprendizado e aplicação de seu ofício. A faixa etária delas varia entre 65 e 92 anos, casadas, múltiparas, em relação as suas moradias duas moram em casas de alvenaria com fossa asséptica e a indígena na casa de pau a pique com bacia de evapotranspiração.

### **A incerteza da passagem do legado das parteiras do território da Bocaina**

Essa categoria emergiu a partir da análise das narrativas das parteiras, onde foi visto que o ofício das parteiras está se extinguindo devido a evolução da assistência à saúde nessas localidades. A parteira 1 e a Parteira 2 exerciam seu ofício devido à dificuldade de acesso ao hospital, sendo um recurso importante de assistência à saúde para sua comunidade.

No depoimento da parteira 1 ela mostra que aprendeu seu ofício no hospital, e era tida como referência em sua comunidade. Iniciou seu ofício na comunidade a partir da necessidade de assistência em casos de emergências, pois mora em um lugar distante, que o acesso era somente por trilha e havia dificuldade de comunicação com o serviço de Saúde.

*“eu vim para o sertão do Ubatumirim, não tinha estrada, era trilha. E eu já vinha de um trabalho, na santa casa, trabalhava em hospital. e aí o pessoal começaram a me procurar, para fazer os atendimentos, e nisso começou a aparecer as emergências, e como são 40 km de Ubatuba ao sertão de Ubatumirim, um acesso longo, não tinha como se comunicar, e eu tinha que fazer os partos” (Parteira 1).*

Em um estudo realizado por Nogueira e Silva (2021) mostraram que o saber da parteira é aprendido naturalmente e está intimamente associado com as condições de trabalho precárias, onde a única forma de se prestar a assistência ao parto era através do parto domiciliar, prestando o cuidado do parto ao puerpério, estendendo seu cuidado ao binômio. Faz-se necessário ressaltar a necessidade que o parto acontecesse de forma natural, visto que não havia acesso a médicos, hospitais, estradas sem condições de acesso, e a falta de ferramentas, instrumentos e medicamentos.

A narrativa da parteira 2 reforça a evidência que o ofício das parteiras está intimamente ligado à necessidade de acesso à saúde nas comunidades de difícil acesso, de forma a tornar a parteira um instrumento importante no cuidado à saúde da população.

*“Eu sei que eu andei fazendo uns quinze partos, as pessoas vinham né, sem, sem rumo, aí eu ia, mas não dice assim, que eu era aquela pessoa sabida né, que né, que... aquilo que era meu né, meu serviço não [...] eu ia assim porque servi a pessoa né, ajudar... né?” (Parteira 1).*

As parteiras se inseriram no ofício motivadas pelo sentimento de altruísmo em um contexto histórico e social de ausência de acesso universal à saúde, localização geográfica rural e pouca disponibilidade de recursos humanos na saúde. Essa atitude levava a parteira a ter um poder pessoal junto à comunidade, a qual necessitava de seus serviços, onde em contrapartida legitimava seu ofício (GOMES, 2018).

Nas narrativas acima foi visto que ofício das parteiras era intimamente ligado a necessidade da população a uma assistência à saúde imediata, a qual era impossibilitada pela dificuldade de acesso por estradas e meios de comunicação. Esse contexto foi mudado ao longo dos anos possibilitando o acesso com mais facilidade aos hospitais, em vista disso a demanda de urgência diminuiu, não necessitando da atuação das mesmas na comunidade.

Entretanto, atualmente a mulher tem a livre escolha de parir em casa com parteiras tradicionais ou qualquer outro profissional habilitado e capacitado para assistir o parto em casa. Porém em grande parte das vezes é percebido que as mulheres das comunidades optam por ir ao hospital. As parteiras relatam que em caso de necessidade estão ali para prestar assistência a comunidade, mas que as mesmas entendem que há um serviço de saúde para dar o respaldo a sua comunidade e as mesmas optam por atuar somente em caso de emergência. Porém se utilizam dos seus conhecimentos para orientar e auxiliar as mulheres nos processos de adoecimento comuns e resolúveis.

*“até agora nessa época que nós estamos, vem pessoas de outro bairro, de outras comunidades querendo aquele parto humanizado. Ai eu falo que não, agora já tem equipes para isso. A não ser que seja assim, se eu chegar e já tá no trabalho de parto, mas eu evito essas situações. No momento que nós estamos agora não é necessário chegar a esse ponto” (Parteira 1).*

A concepção de parteiras atuando no parto como uma profissional, desencadeia várias discussões, pois há uma dificuldade pela falta de regulamentação de seu trabalho, que se estende a falta de respaldo dos serviços de saúde local, até as formas que são vistas e tratadas pelos profissionais do serviço de Saúde (PEREIRA, 2016).

Cabe salientar, que muitas são os debates e projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional acerca do trabalho das parteiras buscando caracterizar suas atividades e funções, saindo da clandestinidade, colocando exigências mínimas para seu pleno exercício, tais como: residir no local em que forem exercer a atividade e a necessidade da obtenção de certificado de conclusão de curso de formação para as parteiras tradicionais, emitido pelo Ministério da Saúde; e, ainda, que o exercício da atividade será sempre que possível exercido sob supervisão médica (CARVALHO, 2017)

Sobre seu legado as parteiras têm interesse de passar seu conhecimento de alguma forma, porém seus descendentes não tem interesse em aprender seu ofício e conhecimento. A parteira 1 mostra que gostaria de passar seu conhecimento para seu para os agentes de saúde da unidade básica de saúde de sua comunidade.

*“E eu queria falar um pouco pros agentes de saúde...” (Parteira 1)*



Durante as narrativas fica evidente que a parteira 1 tem um pensamento focado em Políticas públicas, o que é visto na fala anterior. O que a parteira relata querer realizar está de acordo com Programa Trabalhando com Parteiras Tradicionais (PTPT) o qual tem o intuito de articular a relação das parteiras e o sistema único de Saúde (SUS) , o PTPT objetiva orientar os gestores e profissionais da saúde quanto ao reconhecimento das parteiras na atenção à saúde da comunidade, desenvolvendo atividades que valorizem, apoiem, qualifiquem e articulem o trabalho delas ao SUS, trazendo-as para dentro das estratégias do MS visando a redução da morbimortalidade materna e neonatal. Essa medida tem também como objetivo o resgate e a valorização dos saberes tradicionais, integrando-os ao conhecimento científico (BRASIL,2010).

A parteira 2 em sua narrativa relata que não exerce seu ofício atualmente, mas que em caso de necessidade ela prestaria assistência, a mesma refere não ter para quem passar seu legado visto que seus filhos e netos não tem interesse em aprender e não vê como pode passar seu conhecimento.

*“se acontecer, se precisar eu vou, se não tiver médico, se não tiver outro jeito eu vou, mas dizer, que vou me focar naquilo e ser de novo, aí não” (Parteira 2).*

*“a única coisa que eles procuram muito comigo é negócio de chá, isso aí é todo mundo por aqui, deu uma dor de barriga corre aqui” (Parteira 2).*

É visto em sua fala que a parteira 2 exerce seu ofício para garantir a devida assistência à saúde aos que necessitam, prestando assistência e orientações aos que lhe procuram, em vista disso pode-se entender que para sua profissão deve-se ter muito mais do que o conhecimento, mas também o dom do cuidado.

Este dom não se dá apenas pela assistência ao parto, mas também pelo enorme conhecimento de ervas, realização de massagens, preparação de medicamentos caseiros para alívio da dor ou de cólicas, além de acompanharem a mulher durante todo o percurso da gravidez. Levando bem-estar e conforto a esta mulher. Para muitos o dom de partejar está relacionado a Deus, onde a pessoa que recebe o dom conferido por Deus tem uma ligação com o mesmo. Por isso é comum ver parteiras realizando rezas e preces durante o trabalho de parto para preparar o corpo (NASCIMENTO; CARDOSO, 2019)

As parteiras diferenciam-se de outros profissionais de assistência ao parto pois possuem conhecimentos tradicionais sobre os corpos, fazem os trabalhos de

assistência ao parto em processos que envolvem solidariedade, dom, parentesco, compadrio, afeto, responsabilidade. Dessa forma é observado que para que o legado seja continuado precisa muito mais do que aprender o conhecimento passado, mas também ter o dom e a solidariedade para exercer o ofício (OLIVEIRA, PERALTA, SOUSA, 2019).

A parteira indígena relatou que seu ofício é aprendido somente por aquela que retém o dom e o desejo de aprender o mesmo, atualmente se precisar ela faz partos na aldeia, mas que restringe ao desejo da mulher e a análise dela como parteira da comunidade. A mulher indígena que desejar parir na aldeia com a parteira deve ir até a mesma para que ela coloque a mão na barriga da mulher e lhe diga se ela poderá ou não parir na comunidade.

Em vista disso a possibilidade do parto em casa nas comunidades ainda existe, porém é relatado que em grande parte das elas preferem ir ao hospital, pois a comunidade se encontra a uma distância considerável da cidade e o acesso é dificultado, em vista disso as indígenas relatam medo de ocorrer intercorrências durante o parto.

*"A mulher que decide se vai ter o parto aqui na aldeia ou não, e se quiser a parteira coloca a mão na barriga dela para ver se vai ou não fazer o parto dela. Mas a maioria das mulheres vão para a cidade porque tem medo de acontecer algo, principalmente porque da distância do hospital" (Parteira 3, tradução da entrevista)*

Travancas e Vargens (2020) identificaram os fatores que causam o medo no parto, entre eles foi relatado a cultura de seus familiares e amigos, como histórias de dor e sofrimento no processo do parto, isso as levam a ficar ansiosas, inseguras e com temores, o que agrava o medo. Isso mostra que as parturientes acabam por subestimar sua força e fisiologia, mesmo que durante séculos as mulheres tenham parido de forma natural sem medicalização.

Para muitas mulheres dessas comunidades é importante ter a imagem de alguém com um dom como uma parteira. Sua figura traz maior segurança, leveza, diminuição da dor e do medo para essas mulheres na hora do parto, pelo fato de que muitas delas não conseguem se deslocar até um hospital, além de ser alguém com um maior conhecimento para possíveis complicações. Sendo assim a parteira tem uma grande visibilidade na comunidade ao dar assistência a mulher no pré-natal, no trabalho de

parto e no puerpério e ao mostrar para a mulher que ela será bem cuidada (JANETSKY, 2022)

### **Considerações finais**

As parteiras das comunidades tradicionais do território da Bocaina em sua maioria são idosas, porém detentoras de grande conhecimento sobre a assistência ao parto, e devido ao contexto social das comunidades muitas delas tem dificuldades para deixar seu legado cultural para as novas gerações podendo levar a extinção desses conhecimentos.

É irrefutável o fato de que todas as mulheres necessitam de auxílio durante seu trabalho de parto o parto, e durante anos essas parteiras tem sido o único apoio para muitas delas que não tem acesso pleno a saúde ou que não se sentem contempladas pela mesma. Portanto é de suma importância que essas parteiras sejam valorizadas, tendo reconhecimento histórico, legal e cultural, como forma de fortalecimento do ofício, e assim seus conhecimentos não tenham um destino incerto dentro de suas comunidades.

### **Referências**

BARROSO, I. C. **“Capacitação” de parteiras tradicionais do Amapá: tensões entre incorporação de saber médico e resistência cultural na prática de partejar**, 2017. 230 f. color. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2017.

BRASIL. **Livro da parteira tradicional**. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – 2. ed. rev. ampl. – Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL. **Parto e nascimento domiciliar assistidos por parteiras tradicionais: o Programa Trabalhando com Parteiras Tradicionais e experiências exemplares/** Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, 7 de fevereiro de 2007

GALLO, E. NASCIMENTO, V. (ORG.) **O território pulsa: territórios sustentáveis e**

**saudáveis da Bocaina: soluções para a promoção da saúde e do desenvolvimento sustentável territorializados.** Paraty, RJ: Fiocruz, 2019.

GOMES, S. C. ET AL. **História oral como método para a compreensão do ofício das parteiras do semiárido brasileiro.** Texto Contexto Enferm, 27(3) 2018.

GUERRA L. A. **Os significados de caipira.** Tempo Social, revista de sociologia da USP, v .34, n.2, 2022.

HALL, Stuart **A identidade cultffal na pós-modernidade** 11. ed. -Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBIO). **Plano de manejo da Área de Proteção Ambiental de Cairuçu.** Paraty – Rio de Janeiro, 2018.

JANETSKY, Megan. **Para salvar vidas, parteiras misturam herança maia com medicina ocidental.** NATIONAL GEOGRAPHIC, 5 abr. 2022.

KRETZMANN, C. G. **Multiculturalismo e diversidade cultural: Comunidades tradicionais e a proteção do patrimônio comum da humanidade.** Tese (Mestrado) Programa de Mestrado em direito, Universidade de Caxias do Sul - UCS, 2007.

MOUTA, Ricardo José Oliveira. **A criação da Associação Brasileira de Obstetrias e Enfermeiros Obstetras (ABENFO) e sua participação no Movimento de Humanização do Parto e Nascimento (1989-2002).** 2014. 271 f. Tese (Doutorado em Enfermagem) - Faculdade de Enfermagem, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014

NASCIMENTO, Raysa; CARDOSO, M. A. S. **O dom e a dádiva entre parteiras do Amapá: uma abordagem etnográfica.** Scielo, v. 28, ed. 1, p. 235 - 249, 2019. DOI 10.1590/S0104-12902019170010.

NOGUEIRA, B. V. N.; SILVA, N. R. P. **O legado de Parteiras Tradicionais: memórias e saberes de mãe Xanda no Município de Lafaiete Coutinho – BA.** Anais do III Congresso Internacional e V Congresso Nacional de Movimentos Sociais e Educação, 2021

OLIVEIRA, R.S; PERALTA, N; SOUSA, M. J. S. **As parteiras tradicionais e a medicalização do parto na região rural do Amazonas.** Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana. n. 33 - dic. / dez. / dec- pp.79-100, 2019.

PEREIRA, M.S. **Associação das Parteiras Tradicionais do Maranhão: relato da assistência ao parto.** Saúde Soc. São Paulo, v.25, n.3, p.589-601, 2016.

SCHWEICKARDT, Júlio Cesar et al, (org.). **PARTEIRAS TRADICIONAIS: conhecimentos compartilhados, práticas e cuidado em saúde.** 1ª edição. ed. Porto alegre/RS: Editora reunida, 2020. 278 p. v. 11.

TRAVANCAS, L, J. VARGENS, O. M. C. **Fatores geradores do medo do parto: revisão integrativa.** Rev. Enferm. UFSM - REUFSM, Santa Maria, RS, v. 10, e96, p. 1-24, 2020.

Processo de Avaliação por Pares: (*Blind Review* - Análise do Texto Anônimo)

Revista Científica Vozes dos Vales - UFVJM - Minas Gerais - Brasil

[www.ufvjm.edu.br/vozes](http://www.ufvjm.edu.br/vozes)

QUALIS/CAPES - LATINDEX: 22524

ISSN: 2238-6424